

O percurso teórico da “abolição do trabalho” em Marx: avanços e recuo

Benedito Rodrigues de Moraes Neto

Departamento de Economia – UNESP / Araraquara

Resumo

Procura-se, inicialmente, deixar marcado o percurso teórico de Marx no sentido de assentar a noção da abolição do trabalho como elemento não só viável historicamente como extremamente bem vindo, na medida em que se constitui em momento necessário – e fundamental – para a efetivação de relações de produção superiores. Esse percurso inicia-se nos *Manuscritos* e na *Ideologia alemã*, e possui um *locus* privilegiado nos *Grundrisse*, quando Marx traz a evolução das forças produtivas encetado pelo modo de produção capitalista para o centro do palco. Todavia, em *O Capital*, Marx apresenta momentos de claro recuo com relação à idéia crucial da abolição do trabalho. Procura-se, finalmente, apresentar um caminho para o entendimento desse intrigante recuo, localizando o raciocínio no nível metodológico.

Existe algo de misterioso no tratamento dado por Marx à categoria “trabalho”, cuja relevância é ocioso lembrar. Acompanhemos Uri Zilbersheid, em artigo do qual este texto é tributário, no levantamento da ambigüidade de Marx sobre a questão da abolição do trabalho [Por nós denominada em trabalho anterior de superação da “angústia smithiana”, a qual se refere à inexorável vinculação feita por Adam Smith entre elevada eficiência produtiva e desumanização das atividades de trabalho. (MORAES NETO, 2002)] :

“Uma das mais importantes idéias de Marx é a abolição do trabalho. (...) Marx parece ter recuado desta idéia em seus últimos trabalhos. (...) Esse

recuo significa não só que a produção não pode se transformar numa atividade livre, mas também que as relações sociais de exploração não podem ser abolidas.” (ZILBERSHEID, 2000, p.1)

“(…) a abolição do trabalho não significa a abolição da produção enquanto tal, mas sim a transformação da forma prevalecente de produção em uma nova forma que já não possa mais ser chamada de ‘trabalho’. Para Marx, a transformação da forma de atividade, principalmente da atividade produtiva, em uma nova forma de atividade, não alienada, é essencial na transformação da sociedade. Se nós não mudarmos nossa forma de atividade, qualquer esforço para criar novas relações sociais, não exploratórias, terminará numa regressão ao anterior estado de coisas. Portanto, qualquer recuo com relação à noção de abolição do trabalho é crítica, porque marcaria a impossibilidade de abolir relações de exploração.” (ZILBERSHEID, 2000, p.1)

“Na última fase do trabalho científico de Marx, uma tendência a recuar da idéia da abolição do trabalho torna-se cada vez mais visível. Em alguns casos, como em *O Capital*, ele recua totalmente desse conceito, afirmando que a produção não pode ser transformada em auto-atividade, não pode ser liberada de sua forma-trabalho, e portanto não pode tornar-se a base da liberdade humana. Em outros escritos, todavia, ele ainda admite a idéia da abolição do trabalho. Na realidade, tais escritos apresentam freqüentemente uma descrição contraditória da sociedade futura por, a um só tempo, advogar e recuar da idéia da abolição do trabalho.” (ZILBERSHEID, 2000, p.6)

“A fuga de Marx da abolição do trabalho é, de fato, um abandono de sua perspectiva histórica.” (ZILBERSHEID, 2000, p.11)

Procuraremos a seguir reconstituir o caminho percorrido (implicitamente) por Zilbersheid para assentar a correta idéia da existência de momentos de fuga da abolição do trabalho quando se chega a *O Capital*. Nossa reconstituição terá como preocupação central identificar a natureza metodológica de cada um dos momentos, mais especificamente seu grau de abstração relativamente ao desenvolvimento histórico-concreto das forças produtivas. Como desdobramento dessa forma de abordagem, será tentada ao final uma explicação para o recuo de Marx quanto à abolição do trabalho.

1. O tratamento da categoria “trabalho” nos *Manuscritos* e na *Ideologia Alemã*

A assunção da abolição do trabalho como momento crucial da superação do capitalismo em direção ao socialismo é realizada de forma clara, sem qualquer ambigüidade, nessas duas obras fundamentais. Essa afirmativa será esclarecida com o recurso a um conjunto de citações:

“(...) toda atividade humana [produtiva(ZILBERSHEID, 2000,p.3)] até aqui foi trabalho, isto é, indústria, atividade estranhada.”(MARX, 1974a, p.151)

“Uma análise desse conceito (trabalho estranhado) mostra que, muito embora a propriedade privada pareça ser a razão, a causa do trabalho alienado, ela é, ao invés disso, sua consequência.” (MARX, 1974a, p.116)

“Trabalho é aqui a coisa fundamental, o poder **sobre** os indivíduos, e na medida em que o trabalho exista, a propriedade privada deve existir.” (MARX & ENGELS, 1991, p. 78)

“Apenas nesta fase [após a revolução] a auto-atividade coincide com a vida material, o que corresponde à transformação dos indivíduos em indivíduos totais e ao despojamento de todo seu caráter natural. A transformação do trabalho em auto-atividade corresponde à transformação do limitado intercâmbio anterior em intercâmbio entre indivíduos enquanto tais. Com a apropriação das forças produtivas totais pelos indivíduos unidos, termina a propriedade privada.” (MARX & ENGELS, 1991, p. 106-107)

“Em todas as revoluções anteriores o modo de atividade permanecia intacto, e tratava-se apenas de conseguir uma outra forma de distribuição dessa atividade, uma nova distribuição do trabalho entre outras pessoas, enquanto que a revolução comunista é dirigida contra o **modo** anterior de atividade, suprime o **trabalho** e supera a dominação de todas as classes ao superar as próprias classes, porque esta revolução é feita pela classe que não é mais reconhecida como tal, e que já é em si mesma a expressão da dissolução de todas as classes, de todas as nacionalidades , etc., no interior da sociedade atual.”(MARX & ENGELS, 1991, p. 108)

Vejamos algumas esclarecedoras observações de Marcuse sobre esse momento fundamental das duas obras do período 1844-1846 (MARCUSE, 1969):

“Longe de ser uma mera atividade econômica, o trabalho é a ‘atividade existencial’ do homem, sua atividade ‘livre, consciente’ – não um meio de conservação da sua vida, mas um meio de desenvolvimento da sua ‘natureza universal’. (MARCUSE, 1969, p. 251)

“Uma vez submetido às leis da produção capitalista de mercadorias, o trabalho inevitavelmente se empobrece. (...) O trabalhador alienado do seu produto está, ao mesmo tempo, alienado de si mesmo. Seu próprio trabalho não é mais seu, e o fato de que se torne propriedade de outro anuncia uma expropriação que atinge a essência mesma do homem. O trabalho, na sua forma verdadeira, é um meio para a auto-realização autêntica do homem, para o pleno desenvolvimento das suas potencialidades; a utilização consciente das forças da natureza poderia ocorrer para sua satisfação e prazer. Na sua forma corrente, ele deforma todas as faculdades humanas e proscreve a satisfação. O trabalhador ‘não afirma mas contradiz a sua essência’. ‘Em lugar de desenvolver suas livres energias físicas e mentais, ele mortifica o corpo e arruina a mente (...)’ (Manuscritos)” (MARCUSE, 1969, p.253-254)

“O processo de trabalho é, ele mesmo, a vida do proletariado. A abolição da organização negativa do trabalho, do trabalho alienado, como o chamava Marx, é, ao mesmo tempo, a abolição do proletariado. A abolição do proletariado equivale, portanto, à abolição do trabalho como tal. Marx faz disto uma formulação expressa quando fala da realização da revolução. As classes devem ser abolidas ‘pela abolição da propriedade privada e do próprio trabalho’ (A Ideologia Alemã) Em outro lugar, Marx afirma a mesma coisa: ‘A revolução comunista se dirige contra o **modo** precedente de atividade, acaba com o **trabalho**’ (A Ideologia Alemã). E, outra vez, ‘a questão não é a de libertação mas a de abolição do trabalho (Sankt Max) . A questão não é a da libertação do trabalho porque o trabalho já é ‘livre’; o trabalho livre é a conquista da sociedade capitalista. O comunismo só pode curar os ‘males’ do burguês e a miséria do proletariado ‘pela extinção da sua causa, isto é, do ‘trabalho’ (Sankt Max). (MARCUSE, 1969, p. 266)

“Marx prefigura um modo futuro de trabalho tão diferente do modo predominante, que ele hesita em usar a mesma palavra, ‘trabalho’, para designar o processo material da sociedade capitalista e o da sociedade comunista. Ele usa o termo ‘trabalho’ para significar o que o capitalismo na verdade entende que o trabalho, em última análise, signifique, ou seja, aquela atividade que cria a mais-valia na produção de mercadorias, ou que ‘produz capital’. Outras espécies de atividade não são ‘trabalho produtivo’, e, portanto, não são trabalho no sentido próprio. O trabalho significa, pois, que se nega ao indivíduo que trabalha o desenvolvimento

livre e universal, sendo claro que, neste caso, a libertação do indivíduo é, ao mesmo tempo, a negação do trabalho.” (MARCUSE, 1969, p.266-267)

Para Mészáros, é bastante evidente a relevância da questão da abolição do trabalho para toda a reflexão desenvolvida por Marx nos *Manuscritos*:

“Resumindo, o núcleo dos *Manuscritos de Paris*, que dá estrutura à totalidade do trabalho, é o conceito da ‘transcendência’ (ou superação) da auto-alienação do trabalho.” (MÉSZÁROS, 1981, p.20)

Apenas como reforço do argumento, ao se afirmar a necessidade imperiosa da abolição do trabalho para a instauração de relações sociais superiores, se está entendendo o trabalho como trabalho alienado. Como está bastante claro na primeira das citações acima, não se coloca, evidentemente, para Marx, a idéia da abolição histórica do trabalho enquanto tal, enquanto momento fundamental do desenvolvimento das individualidades humanas. Antes pelo contrário, a negação do trabalho (enquanto trabalho alienado) significa a afirmação do trabalho (enquanto atividade livre e consciente). Vale destacar um elemento que sublinha a importância conferida por Marx à superação radical do trabalho alienado para a instauração de relações de produção superiores: nos *Manuscritos*, Marx estabelece uma não trivial relação de determinação que vai do trabalho alienado para a sociedade de classes, e não ao contrário, como frequentemente se supõe. Esse elemento crucial é esclarecido por Zilbersheid :

“De acordo com Marx, o trabalho, isto é, a atividade produtiva instrumental, é a causa das relações exploratórias e embrutecedoras na sociedade humana. (...) Para Marx, o trabalho – ou ‘trabalho alienado’, como ele denominou inicialmente – não é um resultado da exploração, mas sim um fenômeno bastante primitivo, que teria existido desde o início da história humana. (...) Examinemos agora o desenvolvimento da exploração, ou da ‘propriedade privada’ como um resultado direto do trabalho. (...) O trabalho, ou a produção instrumental, não é apenas um auto-estranhamento, mas também uma auto-escravização. Quando o homem utiliza a si próprio, seu corpo e seus pensamentos, como um instrumento, ele se priva de uma vida espontânea, livre. Em outras palavras, ele não vê ou experimenta essa atividade como uma rica forma

de auto-desenvolvimento ou como uma fonte de prazer, mas sim como uma ação útil. À medida que o trabalho torna-se mais longo e mais intensivo, na esteira das necessidades que se multiplicam, a auto-escravização aumenta e se torna cada vez mais severa. O homem então busca formas de se livrar dessa auto-escravização e de impô-la a seus companheiros. Podemos dizer então que o homem possui uma tendência intrínseca a livrar-se da atividade instrumental, e, caso ela seja necessária, a impingir-la a seus companheiros. Outros seres humanos, ao invés dele próprio, deveriam ser tratados como instrumentos. Esta é a origem da exploração. (...) Se o trabalho, ou a produção instrumental, é a causa da propriedade privada, a propriedade privada não pode ser abolida a menos que seja abolido o trabalho.” (ZILBERSHEID, 2000, p. 4-5)

Tendo esclarecido a posição de Marx nos *Manuscritos* e na *Ideologia Alemã*, vale a seguinte questão: onde, nessas duas obras, está assentada, em termos histórico-concretos, a noção da abolição do trabalho quando da transição do capitalismo para o comunismo? É bastante claro que, para Marx, em qualquer momento de sua produção teórica, as condições objetivas para o passo revolucionário têm que ser geradas historicamente. Afinal, para ele:

“Uma formação social nunca perece antes que sejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir.”(MARX, 1974b, p.136)

“Se a sociedade não contivesse, ocultas, as condições materiais e de circulação para uma sociedade sem classes, todas as tentativas de fazê-la explodir seriam quixotescas.”(MARX, 1978, *apud* ROSDOLSKY, 1985, p.469)

Para a monumental tarefa de abolição do trabalho alienado, portanto, as “condições materiais de sua solução” devem estar supostas por Marx a partir do desenvolvimento das forças produtivas encetado pelo modo de produção capitalista. Não há, todavia, em nenhum dos dois textos em discussão, qualquer referencia à forma concreta do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Marx só faria esse estudo posteriormente.

Conseqüentemente, chegamos à conclusão de que Marx apresenta em ambos os trabalhos uma grande clareza e contundência quanto à necessidade (e evidentemente viabilidade) da transcendência do trabalho alienado, sem qualquer estudo particularizado sobre a evolução histórico-concreta das forças produtivas capitalistas. Trata-se portanto de reflexão efetuada em elevado nível de abstração. Todavia, ainda que não haja o “mergulho” na esfera histórico-concreta, o caminho do desenvolvimento das forças produtivas como gerador das condições materiais para a abolição do trabalho está, evidentemente, suposto por Marx em seu raciocínio. Trata-se então de um “pano de fundo” essencial para o raciocínio desenvolvido. Pode-se afirmar, portanto, que o projeto teórico de Marx de, em estudos posteriores, destrinchar a evolução das forças produtivas capitalistas, significou assumir uma tarefa já anteriormente resolvida num nível mais abstrato de raciocínio, qual seja, a de que essa evolução teria gerado as condições materiais para o desaparecimento da sociedade de classes, ou, o que é a mesma coisa, para a abolição do trabalho. O primeiro passo desse projeto teórico está consubstanciado nos *Grundrisse*.

2. Forças produtivas e abolição do trabalho nos *Grundrisse*

A análise do trabalho nos *Grundrisse* ajusta-se à perfeição ao movimento teórico presente nos dois trabalhos anteriormente estudados. Explicita Marx com extrema clareza o fato de que o desenvolvimento do capitalismo teria gerado as forças produtivas necessárias para a realização futura do grande salto da abolição do trabalho. A produção à base de maquinaria caracterizaria a forma mais avançada possível de produção, perfeitamente ajustada a uma formação social superior. Trata-se da explicitação de característica fundamental do movimento do capital, qual seja, sua auto-contraditoriedade. Vejamos como Marx deixa extremamente claro esse ponto:

“A máquina já não tem nada de comum com o instrumento do trabalhador individual. Distingue-se por completo da ferramenta que transmite a atividade do trabalhador ao objeto. De fato, a atividade manifesta-se muito mais como pertence da máquina, ficando o operário a vigiar a ação transmitida pela máquina às matérias-primas, e a protegê-la das avarias.”(MARX, 1978, p.218)

“A atividade do operário, reduzida a uma pura abstração, é em todos os sentidos determinada pelo movimento de conjunto das máquinas; o inverso não é verdadeiro.” (MARX, 1978, p. 219)

“Assim, o processo de produção deixa de ser um processo de trabalho, no sentido em que o trabalho constituiria a sua unidade dominante.” (MARX, 1978, p.219)

“O conjunto do processo de produção já não está, então, subordinado à habilidade do operário; tornou-se uma aplicação tecnológica da ciência.” (MARX, 1978, p.221)

“A ciência manifesta-se, portanto, nas máquinas, e aparece como estranha e exterior ao operário. O trabalho vivo encontra-se subordinado ao trabalho materializado, que age de modo autônomo. Nessa altura, o operário é supérfluo (...).” (MARX, 1978, p.221)

“O trabalhador não mais introduz o objeto natural – transformado em ferramenta – como intermediário entre si e o material; nesta altura introduz o processo natural – que transforma em um processo industrial – como intermediário entre si e toda a natureza, da qual se tornou dominador. (...) Com esta transformação, não é o tempo de trabalho utilizado nem o trabalho imediato efetuado pelo homem, que surgem como o fundamento principal da produção de riqueza; é, sim, a apropriação da sua força produtiva geral, do seu entendimento da natureza e da sua faculdade de a dominar, desde que se constitui em corpo social; numa palavra, o desenvolvimento do indivíduo social representa o fundamento essencial da produção e da riqueza. O roubo do tempo de trabalho de outrem sobre o que assenta a riqueza atual surge como uma base miserável relativamente à base nova, criada e desenvolvida pela própria grande indústria.” (MARX, 1978, p. 228)

Para nossos objetivos, devemos aprofundar a questão tendo em conta dois desdobramentos da intensificação da cientificização dos processos produtivos. O primeiro deles tem a ver com o fato de que o incremento vultoso da produtividade do trabalho permite que o trabalho humano despendido nas tarefas voltadas à reprodução material da sociedade seja significativamente reduzido, o que abre perspectivas enriquecedoras para o desenvolvimento das individualidades:

“Desde que o trabalho, na sua forma imediata, deixa de ser a fonte principal da riqueza, o tempo de trabalho deixa e deve deixar de ser a sua

medida, e o valor de troca deixa portanto também de ser a medida do valor de uso. O sobretrabalho das grandes massas deixou de ser a condição do desenvolvimento da riqueza geral, tal como o não-trabalho de alguns deixou de ser a condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Por esta razão, desmorona-se a produção baseada no valor de troca, e o processo de produção material imediato acha-se despojado da sua forma mesquinha, miserável e antagônica. Ocorre então o livre desenvolvimento das individualidades. Já não se trata, então, de reduzir o tempo de trabalho necessário com vista a desenvolver o sobretrabalho, mas de reduzir em geral o trabalho necessário da sociedade a um mínimo. Ora, esta redução supõe que os indivíduos recebam uma formação artística, científica, etc., graças ao tempo liberado e aos meios criados para benefício de todos.” (MARX, 1978, p. 228-229)

Todavia, ademais de deixar marcada a positividade de uma redução substancial do tempo de trabalho social destinado à reprodução material, Marx também deixa marcada a mudança que o desenvolvimento da maquinaria traz para a atividade de trabalho desenvolvida no âmbito dessa mesma reprodução material. Esse aspecto é crucial, na medida em que permite observar o grau de superação da “angústia smithiana”, ou de abolição do trabalho alienado, no interior mesmo das atividades voltadas à reprodução material da sociedade. Caso não seja possível superar a relação estabelecida por Smith entre eficiência produtiva e caráter perverso da atividade de trabalho no interior das unidades produtivas responsáveis pela produção dos meios necessários à vida, então só se poderia superar parcialmente a “angústia smithiana”. Caso seja possível (e até mesmo necessário para a conquista da eficiência produtiva) superar a alienação no caso do trabalho imediato em processos produtivos altamente cientificizados, caracterizados como uma “aplicação tecnológica da ciência”, então será possível superar de forma radical a “angústia smithiana”, e a idéia da abolição do trabalho (entendido como trabalho alienado) poderá ser assumida integralmente. Vejamos inicialmente Marx sobre esse ponto:

“Trabalharás com o suor de teu rosto ! , foi a maldição que Jeová lançou a Adão, e é desta maneira, como maldição, que Adam Smith concebe o trabalho. O ‘repouso’ aparece como o estado adequado, como idêntico à ‘liberdade’ e à ‘fortuna’. Parece estar muito longe de seu pensamento que o indivíduo, ‘em seu estado normal de saúde, vigor, atividade, habilidade e destreza’ tenha também a necessidade de sua porção normal de trabalho e da supressão do repouso. (...) Tem razão, sem dúvida, Adam Smith, na medida em que as formas históricas de trabalho – como trabalho escravo,

servil, assalariado – sempre se apresentaram como trabalho forçado, imposto exteriormente, frente ao qual o não-trabalho aparece como ‘liberdade e fortuna’. Isto é duplamente verdadeiro: é verdadeiro com relação a este trabalho antitético [‘quer dizer, condicionado por uma antítese de classe’ (ROSDOLSKY, p.474)] , e , em conexão com êle, ao trabalho para o qual ainda não se criaram as condições subjetivas e objetivas para que se torne trabalho atraente, autorrealização do indivíduo, o que de modo algum significa que seja mera diversão, mero entretenimento, como concebia Fourier. Precisamente, os trabalhos realmente livres, como por exemplo a composição musical, são ao mesmo tempo terrivelmente sérios e exigem o mais intenso dos esforços. **O trabalho da produção material só pode adquirir esse caráter (de trabalho realmente livre, emancipado) : 1) Se o seu conteúdo se tornar diretamente social; 2) Se se revestir de um caráter científico e surgir diretamente como tempo de trabalho geral. Por outras palavras,, se deixar de ser o esforço do homem, simples força de trabalho natural no estado bruto tendo sofrido um determinado treinamento, para se tornar a atividade do sujeito que regula todas as forças da natureza no seio do processo de produção.”**(grifo nosso) (MARX, 1978, p. 119-120)

A parte final da citação acima merece grande destaque. É, a nosso juízo, o momento no qual Marx “mata a questão” da abolição do trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas gerado pelo regime do capital gera as condições potenciais para a transcendência do trabalho alienado, coisa que só se efetiva, é claro, se o conteúdo do trabalho de cada ser humano tiver caráter diretamente social. Essa potencialidade está posta pela natureza do trabalho em processos produtivos altamente cientificizados, qual seja, a de “atividade do sujeito que regula todas as forças da natureza no seio do processo de produção”. Em outras palavras, a esfera do trabalho diretamente ligado à reprodução material, que passa a caracterizar-se como trabalho de supervisionar sistemas produtivos altamente complexos, caracterizaria um momento fundamental da abolição do trabalho.

Vejamos como, na colocação abaixo, Marx enfeixa os dois momentos cruciais que se desdobram do revolucionamento das bases técnicas de produção gerado pelo capitalismo:

“A incumbência histórica do capital está cumprida, finalmente, pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, ao que instiga continuamente o capital, desenvolvimento que alcançou um ponto tal que

a posse e a conservação da riqueza geral por um lado exige tão somente um tempo de trabalho menor para a sociedade inteira, e por outra a sociedade laboriosa se relaciona cientificamente com o processo de sua reprodução progressiva, de sua reprodução em plenitude cada vez maior: por conseguinte, **cessou de existir o trabalho no qual o homem faz aquilo que pode conseguir que as coisas façam em seu lugar.** (grifo nosso) (...) Em sua aspiração incessante pela forma universal da riqueza, o capital, todavia, impulsiona o trabalho mais além dos limites de sua necessidade natural e cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento da rica individualidade, tão multilateral em sua produção como em seu consumo, e **cujo trabalho, em conseqüência, tampouco se apresenta como trabalho, senão como desenvolvimento pleno da atividade mesma** (grifo nosso), na qual desapareceu a necessidade natural em sua forma direta, porque uma necessidade produzida historicamente substituiu a natural. Por esta razão **o capital é produtivo; quer dizer, é uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais** (grifo nosso). Só deixa de sê-lo quando o desenvolvimento das forças produtivas encontra um limite no próprio capital” (MARX, 1978, *apud* ROSDOLSKY, 1985, p.467-468)

Acreditamos que a posição de Marx está bastante clara com relação aos efeitos da nova base técnica de produção sobre o trabalho imediato, encaminhando claramente na direção de que essa nova base técnica permite potencialmente a superação da “angústia smithiana”, ou seja, permite que se alie elevada eficiência produtiva e superação da alienação no trabalho. Como reforço dessa interpretação, mencionemos Rosdolsky, em seu conhecido livro sobre os *Grundrisse*:

‘Portanto, também no socialismo, a atividade humana criadora, o trabalho, terá importância decisiva. Por certo que experimentará imensas modificações qualitativas e quantitativas. Sob o aspecto qualitativo se diferenciará da forma capitalista de trabalho – que Smith concebeu tão acertadamente com um ‘sacrifício de liberdade e fortuna’ – pela circunstância de que, em primeiro lugar, **converterá o trabalhador em diretor consciente do processo de produção, limitando seu trabalho cada vez mais à mera supervisão das gigantescas máquinas e forças naturais intervenientes na produção** (grifo nosso); e, em segundo lugar, em virtude de seu caráter de trabalho coletivo, diretamente socializado, cujo produto já não enfrentará o produtor na forma de objeto alienado e que o domina. Dessa maneira, no socialismo, o trabalho, liberado das escórias do passado, perderá as características repelentes de trabalho

forçado para converter-se em *travail attractif*, no sentido que lhe davam Fourier e Owen.”(ROSDOLSKY, 1985, p.475)

Ao colocar de forma tão explícita nos *Grundrisse* a idéia da potencial abolição do trabalho a partir da objetivação do processo de trabalho encaminhada pelo capital, Marx consegue fornecer concreticidade histórica ao raciocínio anteriormente desenvolvido nos *Manuscritos* e na *Ideologia Alemã*. O “mergulho” no nível histórico-concreto, a diminuição do grau de abstração, foi efetuado sem qualquer alteração teórica. A análise da natureza das forças produtivas especificamente capitalistas foi realizada de forma a dar aos três trabalhos uma fortíssima unidade conceitual com respeito ao tema da abolição do trabalho. O que era “pano de fundo” nos dois textos iniciais passou a ser explicitado. Todavia, Marx tinha plena consciência de que os estudos com respeito à natureza das forças produtivas capitalistas possuía, nos *Grundrisse*, um nível elevado de abstração. Ou seja, a reflexão como um todo ainda possuía nível relativamente elevado de abstração, ainda que esse nível já tivesse diminuído de forma considerável. O projeto de Marx consistiu em diminuir ainda mais o nível de abstração, caminhando fortemente na direção do “chão de fábrica”, realizando até mesmo estudos detalhados de natureza empírica sobre as características das mais relevantes máquinas da Revolução Industrial, em especial as da indústria têxtil. O resultado desses estudos deu origem ao famoso capítulo *Maquinaria e Grande Indústria*, de *O Capital*, no qual se deveria encontrar um coroamento de toda a reflexão desenvolvida por Marx sobre o tema em sua trajetória intelectual. Surpreendentemente, é justamente nesse momento crucial que Marx introduz a ambigüidade mencionada por Zilbersheid, ou seja, a um só tempo permite um reforço do caminho teórico da abolição do trabalho e realiza um recuo relativamente a essa noção fundamental. Tentaremos a seguir, inicialmente, descrever esse intrigante percurso teórico encontrado em *O Capital* e, posteriormente, realizar uma tentativa para explicá-lo, valendo-nos, para essa difícil tarefa, das reflexões de Marcuse, seguindo a pista dada por Zilbersheid.

3. Avanço e recuo da abolição do trabalho em *O Capital*

Já mencionamos que, para Zilbersheid, ocorre em *O Capital* um intrigante recuo de Marx com relação à noção absolutamente crucial da abolição do trabalho, desenvolvida como elemento teórico de imenso peso em trabalhos anteriores, como procuramos ressaltar até aqui. Antes, todavia, de descrever os momentos da fuga, vejamos aquilo que Zilbersheid esquece, ou seja, os vários (sem dúvida dominantes) momentos em que Marx, em *O Capital*, ao analisar a natureza do trabalho imediato a partir da introdução da maquinaria, reforça a idéia da abolição do trabalho, na esteira do que já havia desenvolvido nos *Grundrisse* :

“A máquina-ferramenta é portanto um mecanismo que, ao lhe ser transmitido o movimento apropriado, realiza com suas ferramentas as mesmas operações que eram antes realizadas pelo trabalhador com ferramentas semelhantes.”(MARX, 1975, p.426)

“Quando a máquina-ferramenta, ao transformar a matéria-prima, executa sem ajuda humana todos os movimentos necessários, precisando apenas da vigilância do homem para uma intervenção eventual, temos um sistema automático, suscetível, entretanto, de contínuos aperfeiçoamentos.” (MARX, 1975, p. 434-435)

“Na manufatura, cada operação parcial tem de ser executável manualmente pelos operários, trabalhando isolados ou em grupos, com suas ferramentas. Se o trabalhador é incorporado a determinado processo foi este antes ajustado ao trabalhador. Na produção mecanizada desaparece esse princípio subjetivo da divisão do trabalho. Nela, o processo por inteiro é examinado objetivamente em si mesmo, em suas fases componentes e o problema de levar a cabo cada um dos processos parciais e de entrelaçá-los é resolvido com a aplicação técnica da mecânica, da química, etc. (...)” (MARX, 1975, p. 433)

Como enfatizamos no já mencionado texto anterior (MORAES NETO, 2000), existe uma passagem significativa em *O Capital*, na qual Marx deixa claro que a característica por excelência da produção à base de maquinaria pode ser encontrada no sistema de máquinas, o qual gera um princípio extremamente relevante para a compreensão da natureza da tecnologia de produção especificamente capitalista, qual seja, o “princípio da continuidade”:

“A máquina-ferramenta combinada, que consiste num sistema coordenado de várias espécies isoladas ou agrupadas de máquinas-ferramenta, é tanto mais perfeita quanto mais contínuo é o processo em toda a sua extensão, isto é, quanto menos for interrompido o trânsito da matéria-prima da primeira à última etapa, e quanto mais o mecanismo elimina a interferência humana, levando a matéria-prima de uma fase a outra. Na manufatura, o isolamento dos processos parciais é um princípio fixado pela própria divisão do trabalho; na fábrica mecanizada, ao contrário, é imperativa a continuidade dos processos parciais.”(MARX, 1975, p. 434)

Marx não retoma e desenvolve, em *O Capital*, as reflexões realizadas nos *Grundrisse* sobre a natureza auto-contraditória do capital ao desenvolver forças produtivas com as características acima descritas, bem como sobre a natureza do trabalho imediato de gerenciamento de atividades produtivas dotadas de elevado grau de cientificização. É bastante claro, todavia, que sua consideração sobre a tendência do desenvolvimento capitalista de elevar forte e persistentemente a composição orgânica do capital, aspecto crucial em outros capítulos, ajusta-se plenamente à noção de uma crescente prescindibilidade do trabalho vivo, e, conseqüentemente à idéia de uma potencial abolição do trabalho. Até esse ponto, portanto, a análise realizada em *O Capital*, na qual se chega a níveis bem mais baixos de abstração, corrobora inteiramente todo o percurso teórico anterior relativamente ao aspecto crucial da potencial transcendência radical do trabalho alienado, aspecto que, como lembra bem Mészáros, é momento fundamental da obra de Marx em sua totalidade:

“Para Marx, (...), a questão da ‘transcendência’ foi – desde as primeiras formulações de sua visão filosófica – inseparável do programa de realizar a ‘unidade da teoria e da prática’. (...) Como veremos, logo que o problema da transcendência foi concretizado – nos *Manuscritos de 1844* – como a negação e supressão da ‘auto-alienação do trabalho, nasceu o sistema de Marx.” (MÉSZÁROS, 1981, p.19)

Por tudo que já vimos até este momento, Marx está perfeitamente dentro do “sistema de Marx”, para usar a expressão de Mészáros. Todavia, e de forma surpreendente, Marx

apresenta em *O Capital* momentos de amplo recuo relativamente à abolição do trabalho, como observa Zilbersheid. Também como salienta este autor, o momento mais contundente desse recuo encontra-se na famosa passagem relativa à dualidade “reino da liberdade / reino da necessidade” encontrada ao final do capítulo “A fórmula trinitária”, do terceiro volume de *O Capital*:

“De fato, o **reino da liberdade** começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, **situa-se além da esfera da produção material propriamente dita**. (grifo de Zilbersheid) O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer atendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho.” (MARX, 1975, p.942)

De forma contundente, Marx abre mão da radicalidade da superação da “angústia smithiana”, da abolição do trabalho, aspecto que, como já afirmamos repetidamente, apresenta-se como traço marcante de todo seu sistema teórico. E o faz de forma abrupta, na medida em que todo o percurso do raciocínio estabelecido em obras anteriores aponta justamente na direção oposta, como procuramos deixar claro anteriormente. Não há nada que se possa lançar mão, em todo o percurso anterior do raciocínio de Marx, para auxiliar no sentido de entender esse recuo. Além disso, é absolutamente surpreendente que Marx não tenha se dado conta dos desdobramentos teóricos e políticos do recuo cometido, particularmente no que diz respeito à natureza de uma sociedade que efetivamente supere o regime do capital. Não nos preocuparemos aqui com esses relevantes desdobramentos, mas sim, como já alertamos, com uma possível explicação para o intrigante fenômeno teórico

do recuo de Marx relativamente à noção da abolição do trabalho. Para tanto, como também já alertamos, nos valeremos de Marcuse, a partir de pista deixada por Zilbersheid.

3. Forças produtivas capitalistas e o recuo teórico de Marx: a busca do entendimento

Segundo Zilbersheid,

“Marcuse acreditava que a fuga de Marx da noção da abolição do trabalho foi resultado de um nível baixo de desenvolvimento tecnológico, o qual Marx erradamente considerava como um nível bastante elevado.”
(ZILBERSHEID, 2000, p.11)

Verifiquemos a argumentação de Marcuse:

“(...) eu acredito que até mesmo Marx se manteve tão excessivamente ligado ao conceito de continuidade do progresso, que inclusive a sua idéia do socialismo ainda não representa, ou talvez não represente mais, aquela negação determinada do capitalismo que deveria representar na realidade. Isso significa que a idéia de um fim da utopia implica, pelo menos, na necessidade de colocar em discussão uma nova definição do socialismo e de investigar se a teoria marxiana do socialismo não pertence a um estágio de desenvolvimento das forças produtivas atualmente superado. Essa hipótese é confirmada, ao meu ver, do modo mais claro, pela famosa distinção entre reino da liberdade e reino da necessidade. O fato de que o reino da liberdade possa ser pensado e possa surgir tão somente além do reino da necessidade significa que esse último destina-se a permanecer como tal, compreendida a alienação do trabalho. Portanto, como diz Marx, não importa o que aconteça nesse reino, não importa qual seja o grau de racionalização e mesmo de redução do trabalho, este último sempre se manterá como uma atividade realizada no reino da necessidade e para o reino da necessidade, e, assim, como uma atividade não livre. Acredito que uma das novas possibilidades nas quais se expressa a diferença qualitativa entre uma sociedade livre e uma sociedade não livre consiste precisamente na busca do reino da liberdade já no interior do trabalho e não além dele.” (MARCUSE, 1969, p. 14)

“A natureza humana (o próprio Marx, apesar de toda a sua insistência no reino da necessidade, estava consciente disso) é uma natureza

historicamente determinada e se desenvolve na história. Naturalmente, a história natural do homem também continuará a se desenvolver. A relação do homem com a natureza já se tornou diversa e o reino da necessidade pode também se tornar um reino diverso se, graças ao aperfeiçoamento da técnica, o trabalho alienado for eliminado do mundo e uma grande parte do trabalho socialmente necessário se transformar em experimentação técnica. Tão-somente nesse momento será possível eliminar efetivamente o reino da necessidade e nós talvez possamos ver o desenvolvimento, na própria esfera do trabalho, daquela livre existência humana que Marx e Engels ainda eram obrigados a conceber numa esfera situada além do trabalho.”(MARCUSE, 1969, p. 26-27)

Na verdade, a reflexão de Marcuse em *O fim da utopia* não se ajusta perfeitamente à interpretação de Zilbersheid. Marcuse não procura, através das forças produtivas, explicar o recuo de Marx frente à noção de abolição do trabalho, mas sim a impossibilidade dessa noção. Mais exatamente, afirma que o estágio das forças produtivas presenciado por Marx não permitia chegar à formulação sequer da possibilidade da transcendência do trabalho alienado. Somente na segunda metade da década de sessenta do século XX, época da redação de *O fim da utopia*, é que estariam colocadas as condições materiais para que se pudesse vislumbrar a possibilidade prospectiva de abolição do trabalho. Deixando de lado o fato de que tal assertiva possui algo de assustador, tendo em conta o fenômeno do taylorismo/fordismo, o que nos interessa marcar é que Marcuse desconsidera o legado teórico de Marx vinculado à assunção da possibilidade e necessidade imperiosa da abolição do trabalho. Trata-se de algo surpreendente para quem antes, em *Razão e Revolução*, havia marcado tão firmemente esse ponto quando de comentários sobre o trabalho alienado e a revolução socialista nos *Manuscritos* e na *Ideologia Alemã*, conforme se pode observar claramente nas citações feitas em item anterior deste trabalho. Utilizemos, todavia, como argumento, a interpretação de Zilbersheid, ou seja, o fato de que o estágio das forças produtivas à época de Marx seria o responsável pelo recuo teórico. Tratar-se-ia de argumento causador de perplexidade. Como seria possível que o estágio das forças produtivas no momento histórico das reflexões de Marx permitisse, a um só tempo, os grandes avanços observados nos *Manuscritos*, na *Ideologia Alemã* e nos *Grundrisse*, e o grande recuo observado em momentos de *O Capital* ? O caminho para tentar entender a

intrigante trajetória da abolição do trabalho em Marx não pode ter, portanto, natureza histórica, e sim metodológica. Verifiquemos a potencialidade desse caminho:

Já mencionamos que o projeto teórico de Marx consubstanciado em *O Capital*, no que respeita ao tema que nos interessa aqui, era de “mergulhar” da forma mais intensa possível no nível histórico-concreto de reflexão, procurando no “chão de fábrica” concretizar a análise das bases técnicas capitalistas. O percurso teórico de Marx (*Manuscritos / Ideologia Alemã, Grundrisse e O Capital*) caracterizaria, portanto, uma busca de níveis cada vez menores de abstração. É possível que esse caminho tenha cobrado seu preço. Para perscrutar essa possibilidade, vale lembrar a seguinte frase de Marx em *O Capital*:

“Embora a maquinaria, tecnicamente, lance por terra o velho sistema da divisão do trabalho, continua ele a sobreviver na fábrica como costume tradicional herdado da manufatura, até que o capital o remodela e consolida de forma mais repugnante como meio sistemático de explorar a força de trabalho. A especialização de manejar uma ferramenta parcial, uma vida inteira, se transforma na especialização de servir sempre a uma máquina parcial. Utiliza-se a maquinaria, para transformar o trabalhador, desde a infância, em parte de uma máquina parcial. Assim, não só se reduzem os custos necessários para reproduzi-lo, mas também se torna completa sua desamparada dependência da fábrica como um todo, e, portanto, do capitalista. Como sempre, é mister distinguir entre a maior produtividade que se origina do desenvolvimento do processo social de produção e a que decorre da exploração capitalista desse processo.”(MARX, 1975, p.482-483)

Nela, Marx assume a perpetuidade (capitalista) do padrão “um homem / uma máquina”, tal como visualizava na atividade de tecelagem, a qual ilustrava à perfeição o padrão produtivo caracterizado por ele como “cooperação simples de máquinas”. É bem verdade que nessa citação Marx admite que a ossificação do trabalho parcial, alienado, é, nesse caso, determinado pelas relações sociais de produção capitalistas. Todavia, diferentemente de tudo que já vimos nos *Grundrisse*, não nos informa sobre como seria possível, sob novas relações de produção, superar abrupta e radicalmente o padrão “um homem / uma máquina”. A dificuldade em estabelecer esse percurso tendo os olhos voltados para a realidade histórica do tear mecânico pode ter gerado a desistência de Marx presente na

conhecida frase sobre “reino da necessidade *versus* reino da liberdade”. Nessa frase, pode estar subjacente a seguinte idéia: o padrão “um homem vigiando uma máquina” não é, na verdade, um padrão explicado pelas relações capitalistas de produção; tratar-se-ia de um imperativo tecnológico da produção eficiente, e portanto teria que ser eternizado. O máximo que se poderia almejar seria, portanto, uma distribuição eqüitativa desse trabalho eternamente alienado, ou melhor, uma socialização do trabalho, pela via da forte redução da jornada de trabalho, e não sua abolição. Paradoxalmente, o mesmo Marx que argumenta fortemente em direção ao caráter brilhante e potencialmente libertador da maquinaria, teria ficado prisioneiro de um detalhe histórico da mesma maquinaria. Se isto fizer sentido, estaríamos então na presença de um momento que poderia ilustrar, ainda que com adaptações, aquilo que observa argutamente Perry Anderson:

“Não é necessário reiterar aqui a grandiosidade da obra de Marx. Com efeito, foi a própria amplitude de sua visão geral do futuro que, em certo sentido, provocou as ilusões e miopias localizadas em sua análise do seu próprio tempo. A grande importância política e teórica de Marx não teria persistido até fins do século XX se, por vezes, ele não tivesse estado fora de sintonia com o seu próprio tempo, o final do século XIX.”
(ANDERSON, 1989, p.156/157)

A adaptação necessária é a seguinte : a reflexão de Marx sobre a abolição do trabalho estava e não estava “em sintonia com o seu próprio tempo”. Não estava no sentido de que conseguiu, através de reflexão teórica, realizada em elevado nível de abstração, extrair do fenômeno em estudo as suas determinações mais profundas. De um posto de observação elevado, mas tendo sempre o processo histórico em curso como referência de toda a análise, Marx pôde ver e antever todo o **movimento tendencial** das forças produtivas capitalistas, e daí assentar com clareza o fenômeno da abolição do trabalho. Esse posto de observação tem seu *locus* por excelência nos *Grundrisse*. Quando coloca seu posto de observação mais embaixo, bem próximo do concreto histórico, ou seja, no capítulo “Maquinaria e grande indústria” de *O Capital*, Marx, em alguns momentos, entra em sintonia exagerada com seu próprio tempo, tornando-se prisioneiro da realidade histórica do tear mecânico.

Para finalizar, vale deixar marcado que para nós, o recuo observado em alguns momentos de *O Capital* quanto à abolição do trabalho, ou seja, à superação radical da “angústia smithiana” caracteriza um desvio que não descaracteriza a proposição marxista fundamental relativa à necessidade e viabilidade histórica da transcendência do trabalho alienado. Infelizmente, não foi essa a interpretação de grande parte da teoria e da prática política de natureza crítica. Trata-se de questão que mereceria estudos aprofundados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry (1989) *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo, Brasiliense
- MARCUSE, Herbert (1969) *Razão e revolução*. Rio de Janeiro, Editora Saga
- MARCUSE, Herbert (1969) *O fim da utopia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra
- MARX, Karl (1974a) *Manuscritos: economía e filosofía*. Madrid, Alianza Editorial (5ª ed.)
- MARX, Karl (1974b) *Para a crítica da Economia Política (Prefácio)*. São Paulo, Abril Cultural (Os Pensadores)
- MARX, Karl (1975) *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira
- MARX, Karl (1978) *Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política – Grundrisse*. México, Siglo Veintiuno Editores
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich (1991) *A ideologia alemã*. São Paulo, Editora Hucitec
- MÉSZÁROS, István (1981) *Marx e a teoria da alienação*. Rio de Janeiro, Zahar Editores
- MORAES NETO, B.R.de (2002) *A divisão do trabalho em Marx e a angústia smithiana*. Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política, Curitiba, PR
- ROSDOLSKY, Roman (1985) *Genesis y estructura de El Capital de Marx*. México, Siglo Veintiuno Editores
- ZILBERSHEID, Uri (2000) *The Marxian Idea of Abolition of Labor – Can It Be Revived?* International Conference Marxism 2000, University of Massachusetts at Amherst (mimeo)

